

EDITAL

PREGÃO Nº 070/2025
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, E DECRETO MUNICIPAL Nº 302/2023, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 14/01/2026

Horário: 09h00min

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: menor preço.

Modo de disputa: Aberto e fechado

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Aquisição de medicamentos (nas formas sólidas, líquidas e injetáveis), inclusive de fornecimento por demandas judiciais, bem como materiais de fisioterapia e insumos médico-hospitalares e equipamentos hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Piranhas – PB**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. PARTE DOS OS ITENS SÃO DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE AS EMPRESAS (ME/EPP).

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, exercício de 2026, na classificação abaixo:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.301.2012.2045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE;

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.301.2012.2083 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2012.2084 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BÁSICA
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
10.301.2012.2086 - CAMPANHA DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID 19
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
10.301.2012.2087 - MANUT. E ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – UBS;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2088 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA QUALIFAR – SUS
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2091 - PROGRAMA PREVINE BRASIL;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2093 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SUS;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2134 MANUTENÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – NASF
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2012.2097 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLICLINICA ROMEU MENANDRO CRUZ;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2012.2098 - MANUTENÇÃO DOS SERV. DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA – SAMU;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
621 . Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR E ODONTOLOGICO;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2100 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL OSSEAS ALVES MANGUEIRA;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2101 - TETO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATÓRIO E HOSPITALAR
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2102 CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO - FUNCEP
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2103 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE PRISIONAL;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
10.304.2014.2104 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – PVISA;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.305.2014.2105 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
10.305.2014.2106 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal indicado, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL UTILIZADO** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para empresas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, relativo à receita anual, inclusive para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado, quando couber;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado, quando couber;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, e edital, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, antes do prazo legal.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão enviar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, pelo Sistema.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.8. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

7.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.10. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

7.11. A fase de lances deste pregão se dará no modo de disputa aberto e fechado, em que a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, a cada abertura realizada para tanto.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item 7.11, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.13. Encerrado o prazo de que trata o item 7.12, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento)

superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Na ausência de no mínimo três ofertas nas condições de que trata o item 7.13, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.15. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.12 e 7.13 o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.16. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.12 e 7.13, poderá haver o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.14.

7.17. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.16.

7.18. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.19. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 7.18, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.20. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.21. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.23. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.26. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.28. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.29. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.30. Após a avaliação de empate ficto acima citado, será iniciado a desempate regional, onde as empresas (ME/EPP) localizadas na região do município licitante, que estiverem até 10% mais caro que a melhor oferta, poderão propor lance de preço que supere a menor valor registrado naquele momento (supere o preço vencedor naquele momento). A região foi determinada até 60 Km de raio desta cidade, conforme o art. 48, § 3º, da lei 123/2006, e art. 9º, anexo IV, do decreto municipal que regulamenta a lei 14.133/2021.

7.31. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.32. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.33. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.34. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.34.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.34.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, verificado pelo serviço anterior prestado a este município, ou não havendo tal hipótese, avaliado a narrativa dos atestados de capacidade técnica apresentados que demonstrem melhor desempenho;

7.34.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, que deverá já ser apresentado na oportunidade de juntada da proposta;

7.35. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.35.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba, e posterior estabelecida na região deste município, conforme determina regulamento municipal;

7.35.2. empresas brasileiras;

7.35.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.35.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.36. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.36.1. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, ou outro meio possível como e-mail ou protocolo do município, no prazo estabelecido pelo pregoeiro e devidamente comunicado, em chat ou por publicação no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro dos **dias determinados**, contados da solicitação.

8.7.3.1 O procedimento para avaliação das amostras, será facultado a todos os interessados, sendo solicitado informações de local e data desses procedimentos.

8.7.3.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.7.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues poderão ser recolhidas pelos licitantes no prazo determinado na entrega da amostra, a depender da composição física do produto apresentado, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.7.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8 A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA UTILIZADO, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5 Constatada a existência de sanção, como empresa inidônea, impedida de contratar com o município que realiza a licitação, e de sanções acima expostas, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL UTILIZADO**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.3.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL UTILIZADO**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.4 Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo OFERTADO PELO PREGOEIRO. sob pena de inabilitação.

9.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.10.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja verificação da autenticidade poderá ocorrer, no caso de dúvida, no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.10.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores (RG, procuração e outros

pertinentes, que caracterizem a pessoa indicada como administrador. No caso societário em que todos forem administradores, será considerado a juntada de um dos sócios, onde será este considerado como representante da empresa naquela oportunidade;

9.10.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10.7 Deverá ser ainda juntado ata que comprove o nome do presidente, ou representante da entidade, atualizado na época da licitação.

9.10.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.11 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.11.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.11.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.11.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.11.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.11.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.11.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.12 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.12.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.12.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.12.3 A empresa licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar Garantia de Proposta como condição para sua habilitação no certame.

Conforme determina o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, esta exigência tem como finalidade comprovar a qualificação econômico-financeira da proponente e assegurar a seriedade da proposta, garantindo que a empresa vencedora assinará o contrato nos termos apresentados.

9.12.3.1. Para cumprir a exigência, a empresa deverá seguir os seguintes critérios:

9.12.3.1.1. Valor da Garantia: O valor a ser garantido corresponderá a 1% (um por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) que a empresa estiver cotando.

9.12.3.1.2. Modalidades Aceitas: A garantia poderá ser formalizada por meio de uma das seguintes opções, à escolha da licitante:

I - Caução em Dinheiro: Depósito do valor correspondente em conta específica do Município, por meio de TED ou DOC.

- Dados para Depósito:
- Banco: BANCO DO BRASIL
- Agência: 2644-1
- Conta Corrente: 29.332-6

II - Seguro-Garantia: Apresentação de apólice emitida por seguradora autorizada.

III - Fiança Bancária: Apresentação de carta de fiança emitida por instituição financeira autorizada.

IV - Título de Capitalização: Apresentação de título custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.12.3.2. Procedimento de Envio: O comprovante da garantia (seja o extrato do depósito, a apólice, a carta de fiança ou o título) deverá ser digitalizado e anexado juntamente aos demais documentos de habilitação da empresa na plataforma da licitação.

9.12.3.3. Devolução: A garantia será restituída aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, mediante requerimento, após a assinatura do contrato pelo vencedor ou o encerramento da licitação sem um vencedor.

9.12.4. A não observância das regras de garantia implicará as seguintes sanções:

9.12.4.1. Em Caso de Não Apresentação da Garantia:

- A falta do comprovante de garantia resultará na inabilitação imediata da empresa e na desclassificação de sua proposta, impedindo sua participação nas fases subsequentes da licitação.

9.12.4.2. Em Caso de Execução (Perda) da Garantia:

- O valor integral da garantia será executado pelo Município, ou seja, a empresa perderá o valor depositado ou o Município acionará o seguro/fiança, caso a licitante vencedora:
 - Recuse-se a assinar o contrato nos termos de sua proposta;
 - Não apresente a documentação complementar exigida para a contratação;
 - Desista formalmente da proposta após o encerramento da fase de lances e recursos.

9.12.4.3. Em Caso de Não Pagamento da Garantia Executada:

- Se a empresa não honrar o pagamento do valor da garantia executada (em casos de seguro ou fiança), seu CNPJ será inscrito na Dívida Ativa do Município. O valor poderá ser cobrado judicialmente ou retido de eventuais pagamentos que a empresa tenha a receber de outros contratos com a administração municipal.

9.12.4.4. Desistência Após Assinatura do Contrato:

- Caso a empresa assine o contrato, mas desista da execução antes de apresentar a Garantia de Contrato (que é uma segunda garantia, exigida para a execução), a Garantia da Proposta será executada para cobrir os prejuízos iniciais. A diferença de valor poderá ser cobrada como multa.

9.13 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.13.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.13.2 Licença de funcionamento, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal, da sede da licitante, de acordo com art. 51 da Lei Federal Nº 6.360/1976.

9.13.3 Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, de acordo com art. 50 da Lei Federal Nº 6.360/1976.

9.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15.1 O pregoeiro poderá realizar diligência e verificar pela internet a regularidade da certidão da empresa vencedora, ME/EPP, estando a empresa regular será a mesma declarada vencedora imediatamente, e assim não necessitará aguardar o prazo de 05 dias.

9.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1 A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, caso este a exija, a contar da solicitação realizada no sistema eletrônico, e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final, quando requerida, será ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso. Podendo ser substituído no processo pela emissão de resultado final pelo próprio sistema, considerando a ata e os lances finais, salvo casos de lote e outros quando exigidos seu envio.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.3.2 As ofertas em porcentagem seguirão o mesmo rito do item anterior, cientes que os números apresentados se tratam de DESCONTO.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS.

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, nos 3 (três) dias úteis seguintes, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, ou ainda quando houver rescisão contratual. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances, com convocação de remanescentes.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou através do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL UTILIZADO**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito, sendo devidamente devolvido ao mesmo e-mail, o contrato assinado ou termo oficial de aceite.

14.2.2. O e-mail utilizado será o endereço eletrônico cadastrado pela empresa no PORTAL UTILIZADO, sendo este informativo de total responsabilidade da empresa participante, não cabendo posterior questionamento ao ente contratante quanto a troca de e-mail de comunicação.

14.2.3. Poderá ainda se realizar convocação do vencedor para assinatura do contrato por meio do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, sendo lá expresso o prazo de 05 dias úteis para assinatura do termo ou aceite, a contar da data de circulação do DIÁRIO.

14.2.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.5 As vencedoras, ao assinar os contratos deverão encaminhar as certidões negativas de tributos, requeridas na habilitação, devidamente atualizadas na data do contrato, sob pena de não validar o termo de contrato.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas com base legal estabelecida.

14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação quanto as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

15.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

19.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo ofertado para este fim;

19.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

19.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo estabelecido no comunicado do ato, em dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

19.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial por meio do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, as sanções administrativas previstas em lei e neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2 A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no SISTEMA UTILIZADO.

20.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal Utilizado no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso que altere a formulação proposta.

20.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio do PORTAL UTILIZADO que ocorre o certame, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular, com firma reconhecida (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1 O DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA será considerado meio oficial de informações, e as participantes devem acompanhar esse meio de comunicação, evitando alegação futura de desconhecimento de informações. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.13 A Prefeitura de São José de Piranhas - PB, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.13.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

21.13.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.14 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço na sede da prefeitura municipal, sala da licitação, nos dias úteis, no horário das 08 às 13h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

21.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;

São José de Piranhas - PB, 29 de dezembro de 2025.

Talita de Sousa Coelho Ferreira
Dirigente da fase interna dos processos de licitação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Aquisição de medicamentos (nas formas sólidas, líquidas e injetáveis), inclusive de fornecimento por demandas judiciais, bem como materiais de fisioterapia e insumos médico-hospitalares e equipamentos hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Piranhas – PB, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITENS AMPLA CONCORRÊNCIA				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR DE REFERÊNCIA
1	ACICLOVIR 50 MG/G (5%) CREME BISNAGA 10 G	Bisnagas	200	R\$ 3,58
2	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 0,07
3	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	Ampolas	30000	R\$ 1,36
4	ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30,00 ML	Frascos	100	R\$ 4,66
5	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	20000	R\$ 0,06
6	ÁCIDO PERACÉTICO 5% 5 LITROS	Frascos	50	R\$ 126,57
7	ÁCIDO SALICÍLICO 50 MG/G (5%) (FN) POMADA 30 G	Bisnagas	800	R\$ 13,47
8	ÁCIDO VALPROICO 250 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	30000	R\$ 0,52
9	ÁCIDO VALPROICO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100,00 ML	Frascos	2000	R\$ 6,49
10	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10,00 ML	Frascos	300	R\$ 1,64
11	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	Comprimidos	2000	R\$ 0,71
12	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	1500	R\$ 0,26
13	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	1500	R\$ 0,29
14	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	4000	R\$ 2,24
15	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULAS	Cápsulas	6000	R\$ 0,30
16	AMOXICILINA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 50MG + 12,5MG/ML, SUSPENSÃO FRASCO 75 ML	Frascos	700	R\$ 16,10
17	AMOXICILINA, 400MG/ 5ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO DE 100 ML	Frascos	700	R\$ 19,00
18	ANLODIPINO 5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,04
19	ARISTAB 10 MG	Comprimidos	3000	R\$ 3,76
20	ATENOLOL 100 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	6000	R\$ 0,18
21	ATENOLOL 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 0,05
22	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 0,07
23	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	7000	R\$ 0,88
24	AZITROMICINA SUSPENSÃO 600 MG FRASCO COM 15 ML	Frascos	700	R\$ 6,60
25	AZUKON MR 30MG	Comprimidos	720	R\$ 0,54
26	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL	Ampolas	5000	R\$ 8,32
27	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL	Ampolas	2000	R\$ 7,46
28	BENZOILMETRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	Frascos	500	R\$ 7,81
29	BICARBONATO DE SÓDIO, 8,4%, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	Ampolas	600	R\$ 0,82
30	BIMATOPROSTA 0,3 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3 ML	Frascos	20	R\$ 35,00
31	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25 MG/ML SOLUCAO PARA INALACAO FRASCO 20,00 ML	Frascos	500	R\$ 1,34
32	BROMETO DE IPRATROPIO 20 MCG/DOSE FRASCO 200,00 DOSES	Frascos	600	R\$ 35,93
33	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA 2,00 ML	Ampolas	6000	R\$ 1,79
34	BUDESONIDA 32 MCG SUSPENSÃO PARA INALACAO NASAL FRASCO 120 DOSES	Frascos	500	R\$ 10,79
35	BUDESONIDA 50 MCG SUSPENSÃO PARA INALACAO NASAL FRASCO 120,00 DOSES	Frascos	500	R\$ 18,51
36	BUDESONIDA 64 MCG SUSPENSÃO PARA INALACAO NASAL FRASCO 120 DOSES	Frascos	500	R\$ 19,22
37	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML AMPOLA 1ML	Ampolas	5000	R\$ 1,60
38	CANABIDIOL 20 MG/ML FRASCO 30 ML	Frascos	50	R\$ 265,30

39	CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	20000	R\$ 0,08
40	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	35000	R\$ 0,22
41	CARBAMAZEPINA 400 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	30000	R\$ 0,78
42	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 1.250 MG (500 MG DE CALCIO) + 400 UI COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,13
43	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 1.250 MG (500 MG DE CALCIO) + 200 UI COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,22
44	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 1.500 MG (600 MG DE CALCIO) + 400 UI COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,29
45	CARBONATO DE CÁLCIO, 500MG DE CÁLCIO COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,11
46	CARBONATO DE LITIO 300 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	30000	R\$ 0,25
47	CARBONATO DE LITIO 450 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 1,82
48	CARVAO VEGETAL ATIVADO – PO PARA SUSPENSÃO ORAL, SACHÊ CONTENDO 5 G	Sachês	100	R\$ 10,05
49	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	8000	R\$ 0,11
50	CARVEDILOL 3,125 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,10
51	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	12000	R\$ 0,10
52	CEFALEXINA 500 MG CÁPSULAS	Cápsulas	6000	R\$ 0,73
53	CEFALEXINA, 50 MG/ML, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	Frascos	1000	R\$ 12,63
54	CEFTRIAXONA 1G FRASCO-AMPOLA INTRAMUSCULAR	Ampolas	15000	R\$ 5,32
55	CEFTRIAXONA 1G FRASCO-AMPOLA ENDOVENOSO	Ampolas	22500	R\$ 5,30
56	CEFTRIAXONA 500 MG FRASCO-AMPOLA INTRAMUSCULAR	Ampolas	7500	R\$ 10,52
57	CEFTRIAXONA 500 MG FRASCO-AMPOLA ENDOVENOSO	Ampolas	7500	R\$ 11,20
58	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO FRASCO 100,00 ML	Frascos	700	R\$ 11,71
59	CETOPROFENO 100 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	6000	R\$ 1,60
60	CIPROFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	6000	R\$ 0,34
61	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO 100 ML	Frascos	1000	R\$ 25,21
62	CLARITROMICINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60,00 ML	Frascos	300	R\$ 54,79
63	CLINDAMICINA 150 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	Ampolas	2000	R\$ 3,69
64	CLOBAZAM 20 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	1000	R\$ 1,67
65	CLONAZEPAM 0,5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	12000	R\$ 0,09
66	CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	40000	R\$ 0,15
67	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20,00 ML	Frascos	2000	R\$ 2,77
68	CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, AMPOLA 10 ML	Ampolas	1000	R\$ 0,72
69	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (SOLUÇÃO NASAL) FRASCO 250,00 ML	Frascos	2000	R\$ 5,49
70	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (SOLUÇÃO NASAL) FRASCO 500,00 ML	Frascos	3000	R\$ 5,51
71	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	Ampolas	1000	R\$ 0,82
72	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	1000	R\$ 0,43
73	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	40000	R\$ 0,12
74	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 75 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,24
75	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	30000	R\$ 0,36
76	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 4 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	Comprimidos	10000	R\$ 0,81
77	CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 300 MG CÁPSULAS	Cápsulas	2000	R\$ 1,23
78	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 10 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	6000	R\$ 0,75
79	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5 MG/ML AMPOLA 5,00 ML	Ampolas	2000	R\$ 2,39
80	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	3000	R\$ 0,46
81	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	3000	R\$ 0,57
82	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	Frascos	500	R\$ 5,23
83	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	6000	R\$ 0,90
84	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 100 MG/ML SOLUÇÃO SPRAY FRASCO 50,00 ML	Frascos	100	R\$ 48,94
85	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10,00 ML	Frascos	500	R\$ 1,60
86	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampolas	5000	R\$ 0,69
87	CLORIDRATO DE NALOXONA, 0,4MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	Ampolas	600	R\$ 6,78
88	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 10 MG CÁPSULAS	Cápsulas	6000	R\$ 1,06
89	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG COMPRIMIDO ORODISPERSIVEL	Comprimidos	6000	R\$ 0,76

90	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8 MG COMPRIMIDO ORODISPERSIVEL	Comprimidos	6000	R\$ 0,89
91	CLORIDRATO DE PILOCARPINA 20 MG/ML (2%) SOLUCAO OFTÁLMICA FRASCO 10,00 ML	Frascos	200	R\$ 20,84
92	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 40 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	2000	R\$ 0,81
93	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 300 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	2000	R\$ 0,99
94	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 0,48
95	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 10 MG/G (1%) POMADA OFTÁLMICA BISNAGA COM 30G	Bisnagas	60	R\$ 20,30
96	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 120 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	3000	R\$ 1,48
97	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	3000	R\$ 0,56
98	CREME BARREIRA 60G	Unidades	1000	R\$ 33,53
99	CURATIVO HIDROCOLOIDE 10X10CM	Unidades	3000	R\$ 9,49
100	DESLANOSÍDEO 0,2 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampolas	1000	R\$ 2,88
101	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR FRASCO 100,00 ML	Frascos	500	R\$ 7,20
102	DEXAMETASONA 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA 10 G	Bisnagas	200	R\$ 2,82
103	DEXAMETASONA 4MG INJETÁVEL AMPOLA 2,50 ML	Ampolas	30000	R\$ 1,71
104	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	45000	R\$ 0,15
105	DIAZEPAM 5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	12000	R\$ 0,08
106	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,12% SOLUCAO BUCAL FRASCO 100,00 ML	Frascos	200	R\$ 8,01
107	DIOSMIN 450 MG/50 MG	Comprimidos	1450	R\$ 0,77
108	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE SPRAY FRASCO 200 DOSES	Frascos	200	R\$ 37,08
109	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250 MCG/DOSE SPRAY FRASCO 200 DOSES	Frascos	200	R\$ 39,02
110	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG/DOSE SPRAY FRASCO 200 DOSES	Frascos	200	R\$ 33,86
111	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG/DOSE PÓ PARA INALAÇÃO FRASCO 100 DOSES	Frascos	200	R\$ 9,55
112	DRUSOLOL 5MG	Frascos	20	R\$ 88,09
113	ENOXAPARINA, 40MG/0,4 ML, INJETÁVEL, SUBCUTÂNEO, SERINGA PRÉ-ENCHIDA	Unidades	2000	R\$ 17,90
114	ENTRESTO 50 MG	Comprimidos	1000	R\$ 5,80
115	EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1,00 ML	Ampolas	2000	R\$ 1,90
116	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50,00 G	Bisnagas	600	R\$ 15,63
117	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 25,00 G	Bisnagas	600	R\$ 36,40
118	FENITOINA 100 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	20000	R\$ 0,23
119	FINASTERIDA 5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	1200	R\$ 0,50
120	FLETOP - LOÇÃO PARA PERNAS E PÉS 200 ML	Bisnagas	15	R\$ 55,91
121	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5,00 ML	Unidades	300	R\$ 7,55
122	FOLINATO DE CALCIO (ACIDO FOLINICO) 15 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	3000	R\$ 2,46
123	FOSFATO DE CALCIO TRIBASICO + COLECALCIFEROL (600 MG DE CALCIO) + 400 UI COMPRIMIDO	Comprimidos	5000	R\$ 1,83
124	FOSFATO DE CLINDAMICINA 1% GEL BISNAGA 45 G	Bisnagas	500	R\$ 36,40
125	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	25000	R\$ 0,08
126	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	35000	R\$ 0,06
127	GLICEROL 95% SUPOSITORIO RETAL ADULTO	Unidades	300	R\$ 1,79
128	GLICEROL 95% SUPOSITORIO RETAL INFANTIL	Unidades	300	R\$ 1,06
129	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA	Comprimidos	10000	R\$ 0,41
130	GLICOSE 50% INJETÁVEL FRASCO 10,00 ML	Frascos	10000	R\$ 0,96
131	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	30000	R\$ 0,20
132	HEPARINA SÓDICA 5.000UI INJETÁVEL AMPOLA 5,00 ML	Ampolas	2000	R\$ 19,41
133	HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	30000	R\$ 0,31
134	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	35000	R\$ 0,06
135	HIDROCORTIZONA 100MG INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	Ampolas	10000	R\$ 3,66
136	HIDROCORTIZONA 500MG INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	Ampolas	10000	R\$ 5,20
137	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 230 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	3000	R\$ 0,61
138	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 100,00 ML	Frascos	500	R\$ 11,13

139	HIPROMELOSE 3 MG/ML (0,3%) SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10,00 ML	Frascos	100	R\$ 28,21
140	HIPROMELOSE 5 MG/ML (0,5%) SOLUCAO OFTÁLMICA FRASCO 10,00 ML	Frascos	100	R\$ 30,84
141	HORMUS 250MG/ML	Ampolas	4	R\$ 442,36
142	IBUPROFENO 100 MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 30,00 ML	Frascos	1000	R\$ 3,80
143	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	2000	R\$ 0,63
144	HIPROMELOSE 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	Frascos	100	R\$ 16,27
145	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100 MG + 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	25000	R\$ 1,86
146	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 1,90
147	LEVODOPA + CARBIDOPA 200 MG + 25 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 0,58
148	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 0,31
149	LEVOTIROXINA SÓDICA 12,5 MCG	Comprimidos	10000	R\$ 0,10
150	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG	Comprimidos	10000	R\$ 0,35
151	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG	Comprimidos	10000	R\$ 0,61
152	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	15000	R\$ 0,12
153	LOSARTANA POTASSICA 50 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	45000	R\$ 0,08
154	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100,00 ML	Frascos	700	R\$ 2,55
155	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	2000	R\$ 0,12
156	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	20000	R\$ 0,07
157	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	20000	R\$ 0,06
158	MALEATO DE TIMOLOL 2,5 MG/ML (0,25%) SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 5,00 ML	Frascos	100	R\$ 5,60
159	MALEATO DE TIMOLOL 5 MG/ML (0,5%) SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 5,00 ML	Frascos	200	R\$ 5,88
160	MEROPENÉM 1 G, LIÓFILO P/ INJEÇÃO	Ampolas	1000	R\$ 22,81
161	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	4000	R\$ 0,19
162	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 0,58
163	METILDOPA 500 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	10000	R\$ 1,17
164	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	6000	R\$ 0,53
165	NEOCATE LCP 400G	Unidades	200	R\$ 242,46
166	NEOFORTE 400G	Unidades	282	R\$ 238,82
167	NESINA MET 12,5/1000MG	Comprimidos	500	R\$ 4,12
168	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	12000	R\$ 0,20
169	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 50,00 ML	Frascos	300	R\$ 6,39
170	NISTATINA CREME VAGINAL 100.000 Ui/4G BISNAGA 60 G	Bisnagas	500	R\$ 12,52
171	NITRATO DE MICONAZOL 2% (20 MG/G) GEL ORAL BISNAGA 40,00 G	Bisnagas	500	R\$ 8,68
172	NITRATO DE MICONAZOL 2% (20 MG/G) CREME VAGINAL BISNAGA 80,00 G	Bisnagas	600	R\$ 11,10
173	NITROFURANTOINA 100 MG CÁPSULAS	Cápsulas	6000	R\$ 0,39
174	NOREPINEFRINA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4,00 ML	Unidades	600	R\$ 2,83
175	OHDE COLECALCIFEROL 15.000 UI	Comprimidos	80	R\$ 26,81
176	OMEPRAZOL, 40 MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	Ampolas	3000	R\$ 15,88
177	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG COMPRIMIDO PARA USO TOPICO	Comprimidos	2000	R\$ 0,46
178	PEROXIDO DE BENZOILA 25 MG/G (2,5%) (FN)* GEL BISNAGA 60,00 G	Bisnagas	500	R\$ 83,21
179	PEROXIDO DE BENZOILA 50 MG/G (5%) (FN)* GEL BISNAGA 60,00 G	Bisnagas	500	R\$ 60,77
180	PREGOMIN PLUS 400 G SEM SABOR	Unidades	375	R\$ 240,61
181	RIVAROXABANA, 20 MG, COMPRIMIDO	Comprimidos	2000	R\$ 0,77
182	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10 MG	Comprimidos	600	R\$ 0,28
183	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20 MG	Comprimidos	600	R\$ 0,43
184	SIMETICONA, 75 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10,00 ML	Frascos	2000	R\$ 1,57
185	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA MONOIDRATADO 100 MG	Comprimidos	600	R\$ 1,58
186	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA	Comprimidos	7000	R\$ 0,95
187	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G (1%) POTE 400 G	Unidades	300	R\$ 52,61
188	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG COMPRIMIDO	Comprimidos	4000	R\$ 0,36
189	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	Ampolas	1000	R\$ 1,07
190	SULFATO DE GENTAMICINA 5 MG/ML SOLUCAO OFTÁLMICA FRASCO 5,00 ML	Frascos	1000	R\$ 10,51

191	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% INJETÁVEL AMPOLA 10,00 ML	Ampolas	600	R\$ 9,03
192	SULFATO DE SALBUTAMOL 5 MG/ML SOLUCAO PARA INALACAO FRASCO 10,00 ML	Frascos	300	R\$ 15,14
193	SULFATO DE TERBUTALINA INJETÁVEL 0,5MG/ML 1ML	Ampolas	1000	R\$ 1,76
194	SULFATO DE ZINCO 4 MG/ML XAROPE FRASCO 100,00 ML	Frascos	1000	R\$ 8,93
195	SULFATO DE ZINCO 10 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	Comprimidos	1000	R\$ 0,98
196	TIAMAZOL 10 MG COMPRIMIDO	Comprimidos	2000	R\$ 0,54
197	TIAMINA 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	Ampolas	1000	R\$ 6,92
198	TRAMADOL 50 MG/ML AMPOLA 1,00 ML	Ampolas	5000	R\$ 1,97
199	ALBUMINA HUMANA 20% FA 10G/50ML	Frascos	225	R\$ 424,81
200	ANDES 100MG	Comprimidos	800	R\$ 2,05
201	CISTEIL 600 MG	Sachês	400	R\$ 2,24
202	CITTÁ 20 MG	Comprimidos	800	R\$ 0,13
203	DIOSMIN + HEPARINA 450/50MG	Comprimidos	400	R\$ 1,26
204	FLIXOTIDE 50 MCG/DOSE, AEROSOL NASAL-SPRAY, FRASCO COM 120 DOSES	Frascos	12	R\$ 149,40
205	FUORATO DE MOMETASONA 1% BISNAGA DE 20 G	Bisnagas	15	R\$ 13,76
206	HEPARINA SÓDICA 5.000UI INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML USO SUBCUTÂNEO	Ampolas	2000	R\$ 16,27
207	IBANDRONATO DE SÓDIO 150 MG	Comprimidos	50	R\$ 14,37
208	LOSEC MUPS 10 MG	Comprimidos	400	R\$ 7,40
209	NEOZINE 100MG	Comprimidos	400	R\$ 1,73
210	PENTASE 500MG ORODISPERSIVEL	Comprimidos	2000	R\$ 4,80
211	RIVOTRIL 2,5 MG/ML - FRASCO 20 ML	Frascos	24	R\$ 23,38
212	TARTARATO DE METOPROLOL 1MG/ML AMPOLA 5ML	Ampolas	1000	R\$ 15,86
213	TRAMADOL 50 MG/ML AMPOLA 2,00 ML	Ampolas	5000	R\$ 1,67
214	VENALOT 1 BISNAGA	Bisnagas	13	R\$ 77,97
215	BALANÇA HOSPITALAR MECÂNICA. DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO E PORTARIA DE APROVAÇÃO DE MODELO (PAM) DO INMETRO, SENDO VEDADA A AQUISIÇÃO DE MODELOS SEM APROVAÇÃO SOB ALEGAÇÃO DE USO DOMÉSTICO.	Unidades	20	R\$ 1.959,63
216	BALANÇA PEDIÁTRICA PORTÁTIL ATÉ 25 KG. DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO E PORTARIA DE APROVAÇÃO DE MODELO (PAM) DO INMETRO, CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL PARA INSTRUMENTOS DE PESAGEM EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.	Unidades	30	R\$ 658,23
217	BOLSA COLOSTOMIA DREN.TRANS.19/64MM	Unidades	5250	R\$ 15,93
218	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA, ADULTO	Unidades	30	R\$ 378,25
219	CADEIRA DE RODAS INFANTIL: LARGURA DO ASSENTO 36 CM PROFUNDIDADE 40 CM ALTURA DO ENCOSTO 36 CM ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: 47 CM COMPRIMENTO TOTAL DA CADEIRA: 69 CM CAPACIDADE MÁXIMA DO PESO 70 KG APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS APOIOS DE BRAÇO FIXO	Unidades	20	R\$ 1.709,99
220	CAMA HOSPITALAR TIPO FAULLER, MOVIMENTO MECÂNICO	Unidades	20	R\$ 2.312,24
221	CANULA DE GUEDEL NUMERO 1	Unidades	20	R\$ 1,43
222	CANULA DE GUEDEL NUMERO 3	Unidades	20	R\$ 1,30
223	CANULA DE GUEDEL NUMERO 6	Unidades	20	R\$ 1,94
224	CARRO AÇO INOX PARA CURATIVO TIPO ESTRUTURA TUBULAR E TAMPOS EM AÇO INOX, TIPO RODÍZIO 3, ACESSÓRIOS COK BALDE E BACIA ACOPLADOS, MEDIDA 0,80 X 1,00 X 0,85 M.	Unidades	6	R\$ 1.243,91
225	CATETER INTRAVENOSO Nº 16 (JELCO)	Unidades	3000	R\$ 0,84
226	CATETER INTRAVENOSO Nº 20 (JELCO)	Unidades	30000	R\$ 0,97
227	CATGUT SIMPLES 4-0	Unidades	1000	R\$ 5,00
228	CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 1000ML	Unidades	500	R\$ 23,44
229	COLAR CERVICAL G PARA RESGATE	Unidades	50	R\$ 14,45
230	COLAR CERVICAL PP PARA RESGATE	Unidades	50	R\$ 12,30
231	COLAR CERVICAL REGULAVEL ADULTO	Unidades	50	R\$ 88,37
232	COLCHÃO DÁGUA ARTICULADO 1,90X0,90AG	Unidades	100	R\$ 201,86
233	COLCHÃO PNEUMÁTICO ANTIESCARAS 220V	Unidades	20	R\$ 288,12
234	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 20 L	Unidades	11250	R\$ 13,99
235	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 7 L	Unidades	10000	R\$ 6,65

236	COMPADRE (URINOL), AÇO INOXIDÁVEL, 1000 ML	Unidades	50	R\$ 121,04
237	COMPRESSA DE GAZE, 100% ALGODÃO, 9 FIOS, 7,5 CM X 7,5 CM, NÃO ESTÉRIL, CORTADA PCT. COM 500 UND	Pacotes	1000	R\$ 24,76
238	CUBA USO HOSPITALAR, AÇO INOX, TIPO RIM, CERCA DE 700 ML	Unidades	50	R\$ 68,05
239	CUNHA RAMPA ENCOSTO POSICIONAMENTO FISIOTERAPIA 50X50X20	Unidades	20	R\$ 166,99
240	CURATIVOS ADESIVOS (BAND-AID) CAIXA COM 40 UNIDADES	Caixas	2000	R\$ 14,68
241	DISCO PROPRIOCEPTIVO FISIOTERAPIA	Unidades	20	R\$ 89,35
242	DIVAN ACOLCHOADO P EXAME CLINICO	Unidades	75	R\$ 1.257,51
243	ELETRODO, PRECORDIAL, ELETROCARDIOGRAFIA, COMPLETO, PERA, ADULTO EMBALAGEM DE 6 UNIDADES	Embalagens	100	R\$ 164,63
244	ELETRODO, PRECORDIAL, ELETROCARDIOGRAFIA, COMPLETO, PERA, PEDIÁTRICO EMBALAGEM DE 6 UNIDADES	Embalagens	100	R\$ 169,27
245	ESCALPE 19 G	Unidades	4000	R\$ 0,29
246	ESFIGMOMANÔMETRO, ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO, ATÉ 300 MMHG, BRAÇADEIRA EM NYLON, FECHO EM METAL, ADULTO	Unidades	100	R\$ 81,34
247	ESFIGMOMANÔMETRO, ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO, ATÉ 300 MMHG, BRAÇADEIRA EM NYLON, FECHO EM METAL, INFANTIL	Unidades	100	R\$ 77,77
248	ESPÉCULO VAGINAL, GRANDE, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO	Unidades	10000	R\$ 1,60
249	ESTETOSCÓPIO, BIAURICULAR, OLIVAS ANATÔMICAS BORRACHA, HASTE ALUMÍNIO, TUBO PLÁSTICO, AUSCULTADOR AÇO INOX, PEDIÁTRICO	Unidades	100	R\$ 87,81
250	GARROTE COM TRAVA TORNIQUETE	Unidades	1000	R\$ 14,90
251	GAZE, COR BRANCA, 8 CAMADAS, 9 FIOS/CM2, 91 CM X 91 M, 3 DOBRAS, NÃO ESTÉRIL, TIPO QUEIJO, ROLO 91 M	Rolos	600	R\$ 49,27
252	INDICADOR BIOLÓGICO PARA AUTOCLAVE	Unidades	2000	R\$ 5,04
253	KIT COM 3 FAIXAS MINIBAND RESISTÊNCIA (LEVE, MODERADA E FORTE)	Kits	20	R\$ 66,23
254	LÂMINA LABORATÓRIO, VIDRO, CERCA DE 75 X 25 MM, BORDA LISA	Unidades	10000	R\$ 0,18
255	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, AÇO INOXIDÁVEL, CURVA, Nº 2, FIBRA ÓTICA	Unidades	5	R\$ 128,74
256	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, AÇO INOXIDÁVEL, CURVA, Nº 3, FIBRA ÓTICA	Unidades	5	R\$ 116,39
257	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, AÇO INOXIDÁVEL, CURVA, Nº 4, FIBRA ÓTICA	Unidades	5	R\$ 116,49
258	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, AÇO INOXIDÁVEL, RETA, Nº 0, FIBRA ÓTICA	Unidades	5	R\$ 169,09
259	LÂMINA LARINGOSCÓPIO, AÇO INOXIDÁVEL, RETA, Nº 1, FIBRA ÓTICA	Unidades	5	R\$ 123,66
260	LARINGOSCÓPIO, AÇO INOXIDÁVEL, ADULTO, LÂMINAS CURVAS 3, 4 E 5; RETAS 3, 4 E 5, ENCAIXE PADRÃO	Unidades	2	R\$ 1.582,30
261	LUVA CIRURGICA N 7,0	Pares	5000	R\$ 1,69
262	LUVA CIRÚRGICA N 7,5	Pares	5000	R\$ 1,71
263	LUVA CIRÚRGICA N 8,0	Pares	5000	R\$ 1,77
264	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL CAIXA COM 50 UND	Caixas	4500	R\$ 18,48
265	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO ADULTO	Unidades	100	R\$ 13,64
266	MÁSCARA DE VENTURE ADULTO	Unidades	100	R\$ 17,58
267	MÁSCARA DE VENTURE INFANTIL	Unidades	100	R\$ 18,48
268	MÁSCARA RESPIRATÓRIA N95, COM FILTRO 95%, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, COM MATERIAL 100% PROPILENO, APROVADA PELA ANVISA, USO INDIVIDUAL E REUTILIZÁVEL.	Unidades	2000	R\$ 1,23
269	MESA DE EXAME GINECOLOGICO ACOLCHOADA	Unidades	12	R\$ 1.561,08
270	MONITOR DE SINAIS VITAIS INFANTIL/ADULTO PRESSÃO SPO2 TEMPERATURA	Unidades	4	R\$ 11.898,48
271	NYLON 2/0, AGULHA 3/8	Unidades	3000	R\$ 2,17
272	NYLON 3/0, AGULHA 3/8	Unidades	3000	R\$ 2,61
273	NYLON 4/0, AGULHA 3/8	Unidades	3000	R\$ 2,05
274	NYLON 5/0, AGULHA 3/8	Unidades	3000	R\$ 1,94
275	OTOSCÓPIO PROFISSIONAL DIGITAL LED E FIBRA ÓPTICA, ESPÉCULOS COM DIVERSOS TAMANHOS PARA ADAPTAR AO OUVIDO DE CADA PACIENTE, LENTE COM AUMENTO DE 2,5 VEZES	Unidades	10	R\$ 246,10
276	OXÍMETRO, DEDO, 0 A 100%, CERCA DE 20 A 250 BPM, CERCA 24 H, PILHA, C/ SENSOR ADULTO	Unidades	50	R\$ 87,03
277	OXÍMETRO, PULSO, 0 A 100%, CERCA DE 20 A 250 BPM, CERCA 32 H, PILHA, C/ SENSOR ADULTO	Unidades	15	R\$ 1.429,67
278	PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO SEM DENTE	Unidades	30	R\$ 14,92
279	PINÇA CHERON DESCARTÁVEL	Unidades	30	R\$ 2,05
280	PINÇA DE POZZI	Unidades	30	R\$ 77,84

281	PINÇA DENTE DE RATO ANATÔMICA	Unidades	30	R\$ 9,87
282	PISTOLA MASSAGEADORA MUSCULAR PROFISSIONAL FISIOTERAPIA, MASSAGEADOR COM 30 VELOCIDADES E 6 CABEÇAS DE MASSAGEM	Unidades	20	R\$ 265,83
283	PRANCHA DE EQUILÍBRIO FISIOTERAPIA	Unidades	10	R\$ 184,27
284	PRANCHA LONGA DE POLIETILENO ADULTO	Unidades	10	R\$ 435,48
285	REANIMADOR PULMONAR MANUAL (AMBU) COM COXIM PLASTICO ADULTO	Unidades	10	R\$ 147,50
286	REANIMADOR PULMONAR MANUAL (AMBU) COM COXIM PLASTICO INFANTIL	Unidades	10	R\$ 163,90
287	ROLO DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL	Unidades	10	R\$ 158,70
288	ROLO POSICIONAMENTO EXERCÍCIOS FISIOTERAPIA DESCANSO 30X10	Unidades	5	R\$ 135,60
289	SELADORA EMBALAGEM, 110/220 V, À PEDAL, COM INTERRUPTOR GERAL, REGULADOR DE TEMPERATURA, APROXIMADAMENTE 90	Unidades	10	R\$ 1.826,40
290	SERINGA 1 ML GRADUADA (ESCALA UI) COM AGULHA 13 G X 4,5	Unidades	7000	R\$ 0,45
291	SERINGA 10 ML COM AGULHA 25X7	Unidades	30000	R\$ 0,43
292	SERINGA 5 ML COM AGULHA 25X7	Unidades	20000	R\$ 0,45
293	SERINGA 60 ML SEM AGULHA	Unidades	10000	R\$ 1,10
294	SIMETRÓGRAFO PORTÁTIL POSTURAL EM ALUMÍNIO ANODIZADO	Unidades	20	R\$ 1.088,57
295	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	Unidades	500	R\$ 0,75
296	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	Unidades	500	R\$ 0,72
297	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	Unidades	2000	R\$ 0,75
298	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	Unidades	2000	R\$ 0,80
299	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	Unidades	2000	R\$ 0,84
300	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	Unidades	1000	R\$ 0,93
301	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 18	Unidades	1000	R\$ 1,02
302	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	Unidades	2000	R\$ 0,83
303	SONDA DE FOLEY Nº 06 2VIAS	Unidades	500	R\$ 2,73
304	SONDA DE FOLEY Nº 08 2VIAS	Unidades	300	R\$ 2,30
305	SONDA DE FOLEY Nº 10 2 VIAS	Unidades	300	R\$ 2,52
306	SONDA DE FOLEY Nº 12 2VIAS	Unidades	300	R\$ 2,44
307	SONDA DE FOLEY Nº 14 2VIAS	Unidades	300	R\$ 2,73
308	SONDA DE FOLEY Nº 16 2VIAS	Unidades	800	R\$ 2,72
309	SONDA DE FOLEY Nº 18 2VIAS	Unidades	300	R\$ 3,04
310	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 04	Unidades	600	R\$ 0,78
311	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 06	Unidades	600	R\$ 0,75
312	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 08	Unidades	600	R\$ 0,80
313	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10	Unidades	600	R\$ 0,80
314	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12	Unidades	600	R\$ 0,81
315	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 14	Unidades	600	R\$ 0,83
316	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 04	Unidades	600	R\$ 0,98
317	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 06	Unidades	600	R\$ 1,04
318	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 08	Unidades	600	R\$ 1,07
319	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10	Unidades	600	R\$ 1,10
320	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12	Unidades	600	R\$ 1,18
321	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	Unidades	600	R\$ 1,15
322	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	Unidades	600	R\$ 1,19
323	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	Unidades	600	R\$ 1,66
324	SONDA URETRAL Nº 06	Unidades	600	R\$ 0,66
325	SONDA URETRAL Nº 08	Unidades	600	R\$ 0,62
326	SONDA URETRAL Nº 10	Unidades	1000	R\$ 0,67
327	SONDA URETRAL Nº 12	Unidades	1000	R\$ 0,67
328	SONDA URETRAL Nº 16	Unidades	1000	R\$ 0,69
329	SONDA URETRAL Nº 18	Unidades	1000	R\$ 0,70
330	SONDA URETRAL Nº 20	Unidades	500	R\$ 0,82
331	SORO FISIOLÓGICO 1000ML	Unidades	5000	R\$ 11,24
332	SORO FISIOLÓGICO 250ML	Unidades	15000	R\$ 4,39
333	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	Unidades	300	R\$ 5,30
334	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML	Unidades	2000	R\$ 5,75
335	SORO GLICOSADO 100ML	Unidades	300	R\$ 4,89
336	SORO GLICOSADO 250ML	Unidades	300	R\$ 5,77

337	SORO GLICOSADO 500ML	Unidades	10000	R\$ 6,50
338	SORO RINGER COM LACTATO 500ML	Unidades	7500	R\$ 10,18
339	SUPORTE PARA SORO	Unidades	200	R\$ 190,40
340	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE RESGATE TAMANHO G	Unidades	30	R\$ 12,19
341	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE RESGATE TAMANHO P	Unidades	30	R\$ 14,73
342	TERMÔMETRO CLÍNICO, DIGITAL, ATÉ 45 C, USO AXILAR E ORAL	Unidades	100	R\$ 27,37
343	TERMÔMETRO CLÍNICO, DIGITAL, INFRAVERMELHO, ATÉ 50 C, USO EM TESTA	Unidades	10	R\$ 130,46
344	TERMÔMETRO, DIGITAL, PARA GELADEIRA, -10C A +60 C, COM CABO EXTENSOR DE 1,80 M, BATERIA 1,5V TAMANHO AAA	Unidades	30	R\$ 85,85
345	TESOURA DE MAYO 14 CM	Unidades	30	R\$ 44,67
346	TESOURA METZEMBAUM RETA 14 CM	Unidades	30	R\$ 52,00
347	TIRA REAGENTE PARA MEDIR GLICEMIA, CAIXAS COM 50 UNIDADES	Caixas	6000	R\$ 24,18
348	TIRANTE TIPO ARANHA ADULTO	Unidades	30	R\$ 69,92
349	TORNEIRINHA, 3 VIAS, PROTETOR LUER-LOCK, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Unidades	10000	R\$ 0,82
350	TOUCA, DESCARTÁVEL, POLIPROPILENO, BRANCA, TAMANHO ÚNICO C/ ELÁSTICO PACOTES C/100	Pacotes	800	R\$ 14,03
351	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3.0	Unidades	50	R\$ 3,62
352	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3.5	Unidades	50	R\$ 3,79
353	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 4.5	Unidades	50	R\$ 4,58
354	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 6,0	Unidades	100	R\$ 4,00
355	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7.0	Unidades	100	R\$ 3,85
356	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7.5	Unidades	100	R\$ 4,79
357	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,0	Unidades	100	R\$ 4,42
358	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8.5	Unidades	100	R\$ 4,38
359	UMIDIFICADOR, P/ AR COMPRIMIDO, FRASCO PLÁSTICO GRADUADO, C/ TAMPAS, CERCA DE 250 ML, ESTERILIZÁVEL	Unidades	200	R\$ 45,17
360	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, MANUAL, 1 MAMÔMETRO, FERRO, CROMADO, PARA OXIGÊNIO	Unidades	100	R\$ 304,17
361	GAZE ESTÉRIL 13 FIOS, 7,5 CM X 7,5 CM, PACOTE COM 10 UNIDADES	Pacotes	5000	R\$ 0,84
362	CURATIVO GAZE DE RAYON EMBEBIDA EM ÓLEO 7,5X15	Unidades	1000	R\$ 7,86
363	DIGOXINA 0.05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60,00 ML	Frascos	300	R\$ 13,82
364	EUTHYROX 112 MCG CAIXA COM 50 COMPRIMIDO	Caixas	50	R\$ 42,38
365	FOSFATO DE POTÁSSIO MONOBÁSICO + FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO 0,03 G/ML + 0,1567 G/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampolas	200	R\$ 5,23
366	IOPROMIDA 300 FRASCO-AMPOLA COM 500 ML	Ampolas	300	R\$ 253,36
367	LUGOL SOLUÇÃO A 2% FRASCO 1000 ML	Unidades	100	R\$ 131,84
368	MISOPROSTOL 200 MCG COMPRIMIDO VAGINAL	Comprimidos	300	R\$ 52,90
369	MISOPROSTOL 25 MCG COMPRIMIDO VAGINAL	Comprimidos	300	R\$ 11,17
370	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 50 MG FRASCO AMPOLA	Ampolas	300	R\$ 27,64
371	PANCURÔNIO, BROMETO, 2MG/ML, SOL INJETÁVEL 2ML	Ampolas	300	R\$ 9,23
372	PIRACETAM 200 MG/ML AMPOLA 5 ML	Ampolas	3000	R\$ 4,98
373	PREVELIP ZS	Comprimidos	600	R\$ 1,73
374	ROCURÔNIO, BROMETO, 10MG/ML, SOL INJ. 5ML	Ampolas	300	R\$ 17,50
375	SULFATO DE ZINCO 200 MCG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5,00 ML	Ampolas	600	R\$ 12,60
376	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 250MG/ML INJETÁVEL 4ML	Ampolas	30	R\$ 291,01
377	VENOSAN (MEIAS COMPRESSIVAS)	Pares	2	R\$ 216,19
378	APARELHO PARA ULTRASSONOGRAFIA 1 E 3 MHZ	Unidades	7	R\$ 1.929,63
379	APARELHO RESPIRON CLASSIC EXERCITADOR RESPIRATORIO PARA FISIOTERAPIA	Unidades	20	R\$ 49,85
380	BOMBA PARA INFUSÃO DE MEDICAMENTOS POR SERINGA COM TAXA DE INFUSÃO 1 ML/H	Unidades	10	R\$ 4.634,81
381	BOTA (EM PVC) - CANO CURTO-DE TAMANHO DE 34 A 44	Pares	300	R\$ 44,86
382	CABO PARA TENS (NEURODN II)	Unidades	20	R\$ 96,22
383	CANETA USO MÉDICO, POLÍMERO, BIPOLAR, COMANDO MANUAL, C/ CABO FIXO, CONECTOR COMPATÍVEL C/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIZÁVEL	Unidades	20	R\$ 427,40
384	CANETA USO MÉDICO, POLÍMERO, BIPOLAR, COMANDO PEDAL, C/ CABO FIXO, CONECTOR COMPATÍVEL C/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIZÁVEL	Unidades	20	R\$ 359,44
385	CARRO PADIOLA DE 5" COM GRADES TOTALMENTE INOX	Unidades	7	R\$ 3.433,38

386	DISPOSITIVO PARA TRANFERENCIA DE SOLUÇÃO TRANSFIX PONTA DUPLA	Unidades	2000	R\$ 0,76
387	ELETRODO, TIPO PÁS ADESIVAS, USO EM DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, DESCARTÁVEL, ADULTO COMPATÍVEL COM O MODELO LIFE 400 FUTURA DA MARCA CMOS DRAKE, CONECTOR PRETO	Unidades	150	R\$ 364,50
388	ELETRODO, TIPO PÁS ADESIVAS, USO EM DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICO COMPATÍVEL COM O MODELO LIFE 400 FUTURA DA MARCA CMOS DRAKE, CONECTOR PRETO	Unidades	100	R\$ 627,18
389	ELETRODO ECG DESCARTÁVEL COM SENSOR AG/AGCL PRE-FORMADO PACOTE C/50	Pacotes	1000	R\$ 11,43
390	EQUIPO UNIVERSAL PARA BOMBA DE INFUSÃO	Unidades	500	R\$ 36,95
391	EQUIPO UNIVERSAL PARA BOMBA DE INFUSÃO FOTOSSENSIVEL, COM PONTA PERFURO CORTANTE COM PROTETOR E RESPIRO LATERAL, COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL, COM FILTRO DE AR E FILTRO DE PARTÍCULAS, CONECTOR EM Y ISENTO DE LÁTEX, PINÇA ROLETE, TUBO PVC DE 2,3 M, CONEXÃO LUER LOCK COM TAMPA	Unidades	500	R\$ 46,46
392	GONIOMETRO	Unidades	20	R\$ 38,52
393	GUIA PARA INTUBAÇÃO TRAQUEAL BOUGIE ADULTO	Unidades	100	R\$ 47,08
394	GUIA PARA INTUBAÇÃO TRAQUEAL BOUGIE INFANTIL	Unidades	100	R\$ 76,48
395	ISOSOURCE 1.5	Unidades	500	R\$ 39,44
396	KIT DE LIMPEZA PARA AUTOCLAVE	Kits	10	R\$ 1.187,35
397	KIT TAPETE SENSORIAL 5 TEXTURAS	Kits	10	R\$ 310,79
398	LARINGOSCÓPIO, AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO INFANTIL, LÂMINAS CURVAS 00,0,1 E 2; RETAS 00,0,1 E 2, FIBRA ÓTICA	Unidades	2	R\$ 564,52
399	MACACÃO DE SEGURANÇA – CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO LAMINADO, MICRO POROSO, ANTE ESTATICO, CAPUZ ACOPLADO, FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER, ELÁSTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, MANGA LONGA, TAMANHO ÚNICO.	Unidades	200	R\$ 19,96
400	MALETA PLÁSTICA PARA PRIMEIROS SOCORROS GRANDE	Unidades	50	R\$ 114,59
401	MÁSCARA CPAP TOTAL FACE INFANTIL NÃO VENTILADA	Unidades	20	R\$ 1.058,63
402	MÁSCARA CPAP TOTAL FACE ADULTO NÃO VENTILADA	Unidades	20	R\$ 949,52
403	MÁSCARA PARA TRAQUEOSTOMIA ADULTO	Unidades	50	R\$ 32,69
404	MÁSCARA PARA TRAQUEOSTOMIA PEDIÁTRICA	Unidades	50	R\$ 46,72
405	MESA CARRINHO AUXILIAR 1 TAMPO E 02 BANDEJAS PLASTICAS.	Unidades	50	R\$ 684,80
406	PÊRA ASPIRAÇÃO, LÁTEX, AUTOCLAVÁVEL, ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS EM RECÉM-NATO	Unidades	30	R\$ 19,62
407	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PEDIATRICA EM MADEIRA 01 METRO	Unidades	20	R\$ 93,15
408	ROLO DE GAZE ANTIMICROBIANA KERLIX	Unidades	500	R\$ 52,37
409	ROLO POSICIONAMENTO EXERCÍCIOS FISIOTERAPIA DESCANSO 40X20	Unidades	10	R\$ 203,11
410	SENSOR FREESTYLE LIBRE	Unidades	50	R\$ 368,38
411	SERINGA 1 ML GRADUADA (ESCALA UI) SEM AGULHA	Unidades	7000	R\$ 0,16
412	SONDA DE GASTROSTOMIA COM BALÃO EM SILICONE, 3 VIAS, Nº 12	Unidades	600	R\$ 89,23
413	TESTE DE BOWIE DICK	Unidades	1000	R\$ 19,75
414	TIRA REAGENTE UROANÁLISE, 11 PARAMETROS	Unidades	300	R\$ 38,34
415	TORNIQUETE TATICO	Unidades	30	R\$ 73,34
416	VASELINA LIQUIDA 1LITRO	Unidades	500	R\$ 30,52
417	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO INFANTIL TIPO ÓCULOS	Unidades	2000	R\$ 2,29
418	DETERGENTE ENZIMÁTICO 3 ENZIMAS FRASCO 1 LITRO	Frascos	100	R\$ 24,89
419	DETERGENTE ENZIMÁTICO 4 ENZIMAS FRASCO 1 LITRO	Frascos	100	R\$ 27,95
420	DETERGENTE ENZIMÁTICO 5 ENZIMAS FRASCO 1 LITRO	Frascos	100	R\$ 31,70
421	FRALDA TENA PANTS CONFORT G/EG	Unidades	7200	R\$ 3,60
422	FRASCO PARA DIETA ENTERAL 300ML	Unidades	1000	R\$ 1,43
423	LÂMINA VIDEOLARINGOSCÓPIO M2, COMPATÍVEL COM APARELHO MEDCAPTAIN MODELO VS-10S	Unidades	10	R\$ 180,02
424	LÂMINA VIDEOLARINGOSCÓPIO M1, COMPATÍVEL COM APARELHO MEDCAPTAIN MODELO VS-10S	Unidades	10	R\$ 121,69
425	LÂMINA VIDEOLARINGOSCÓPIO M4, COMPATÍVEL COM APARELHO MEDCAPTAIN MODELO VS-10S	Unidades	10	R\$ 124,17
426	LÂMINA VIDEOLARINGOSCÓPIO M3, COMPATÍVEL COM APARELHO MEDCAPTAIN MODELO VS-10S	Unidades	10	R\$ 142,83
427	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO INFANTIL	Unidades	100	R\$ 7,02

428	OXÍMETRO, PULSO, 0 A 100%, CERCA DE 20 A 250 BPM, CERCA 32 H, PILHA, C/ SENSOR PEDIÁTRICO	Unidades	15	R\$ 905,00
429	OXÍMETRO, DEDO, 0 A 100%, CERCA DE 20 A 250 BPM, CERCA 24 H, PILHA, C/ SENSOR PEDIÁTRICO	Unidades	20	R\$ 107,30
430	BPAP MULTI COM UMIDIFICADOR- YUWELL - YH 730	Unidades	3	R\$ 5.390,95
431	MÁSCARA PARA CPAP ORONASAL INVOLVE F2 BMC, TAMANHO M	Unidades	100	R\$ 189,83
432	MÁSCARA PARA CPAP ORONASAL INVOLVE F2 BMC, TAMANHO P	Unidades	100	R\$ 251,76
433	MÁSCARA NASAL PARA CPAP YUWELL YN-02, , TAMANHO M	Unidades	100	R\$ 429,16
434	KIT EPAP (BOCAL, MÁSCARA, TUBO T COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL, CONECTOR ADAPTADOR PARA VÁLVULA, VÁLVULA DE PEEP AJUSTÁVEL, FIXADOR CEFÁLICO EM SILICONE, CLIPE NASAL	Kits	50	R\$ 182,97
435	FIXADOR CEFÁLICO PARA CPAP ADULTO CONFECCIONADO EM SILICONE FLEXÍVEL, COM AJUSTES NAS EXTREMIDADES, COM PERFURAÇÕES PARA REGULAGEM DO FIXADOR JUNTO À CABEÇA E A MÁSCARA. TAMANHO ADULTO COM 70 CM DE COMPRIMENTO E INFANTIL (28FCS40) COM 40 CM DE COMPRIMENTO. LÁTEX FREE. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL	Unidades	100	R\$ 49,76
436	FIXADOR CEFÁLICO PARA CPAP INFANTIL CONFECCIONADO EM SILICONE FLEXÍVEL, COM AJUSTES NAS EXTREMIDADES, COM PERFURAÇÕES PARA REGULAGEM DO FIXADOR JUNTO À CABEÇA E A MÁSCARA. TAMANHO INFANTIL COM 40 CM DE COMPRIMENTO. LÁTEX FREE. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL	Unidades	100	R\$ 61,02
437	KIT MÁSCARAS FACIAIS DESCARTÁVEIS COM COXIM INFLÁVEL, VÁLVULA E GANCHO: TAMANHOS 1, 2, 3, 4 E 5, CORES DOS GANCHOS: BRANCO, ROSA, AMARELO, VERDE, VERMELHO E AZUL	Kits	50	R\$ 218,88
438	POWERBREATHE PLUS MEDIC	Unidades	10	R\$ 608,77
439	ACAPELLA TERAPIA PEP VIBRATÓRIA EXERCITADOR RESPIRATÓRIO CHOICE BLUE 27-8000	Unidades	20	R\$ 279,31
440	ACAPELA VERDE 21-1531- TERAPIA PEP VIBRATÓRIA	Unidades	20	R\$ 387,89
441	KIT MÁSCARA PARA TRAQUEOSTOMIA ADULTO + FIXADOR + EXTENSÃO + CONECTADOR	Kits	50	R\$ 64,75
442	MÁSCARAS PARA TRAQUEOSTOMIA MODELO INFANTIL, FAIXA ELÁSTICA AJUSTÁVEL, CÚPULA TRANSPARENTE, CONECTOR COM ÂNGULO GIRATÓRIO, ENTRADA PARA CIRCUITO PADRÃO.	Unidades	100	R\$ 52,27
443	MANÔMETRO DE PRESSÃO PARA AMBU	Unidades	50	R\$ 173,68
444	KIT COM 4 BALÕES EM SILICONE P/PULMÃO TESTE, CAPACIDADE DE 1/2, 1, 2, 3 E 4 LITROS	Kits	100	R\$ 179,78
445	MINI BICICLETA ERGOMÉTRICA PORTÁTIL, CICLOERGÔMETRO, EXERCITADOR BIKE PARA EXERCÍCIOS	Unidades	20	R\$ 220,00
446	BASTÃO DE PVC SEM CARGA PARA EXERCÍCIOS ALONGAMENTO FISIOTERAPIA, TAMANHO 1 METRO	Unidades	30	R\$ 27,18
447	DESINFETANTE GERMI RIO 1 % FRASCO 1 LITRO	Unidades	100	R\$ 12,11
448	AGULHA 25X0,55 DESCARTAVEL	Unidades	100000	R\$ 0,09
449	PRANCHA PARA IMOBILIZAÇÃO POLIETILENO ADULTO 300KG	Unidades	20	R\$ 643,20
450	MACA RETRÁTIL PARA AMBULÂNCIA. CARACTERÍSTICAS: ESTRUTURADA EM DURO ALUMÍNIO TUBULAR TEMPERADO, ARTICULAÇÕES EM ALUMÍNIO INJETADO. RODÍZIOS DE 127MM COM ROLAMENTOS, COM FREIO E TRAVA DE DIREÇÃO (STOP TURNING). BASE DO LEITO RÍGIDA EM PEAD (MATERIAL TERMO PLÁSTICO), COLCHONETE COM DENSIDADE DE 28, IMPERMEÁVEL, COSTURADO ELETRONICAMENTE, CABECEIRA AJUSTÁVEL EM 8 POSIÇÕES, ALÇAS LATERAIS COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, ALÇA TRASEIRA FIXA. ACESSÓRIOS: CINTOS DE SEGURANÇA, COLCHONETE, SISTEMA DE FIXAÇÃO. DIMENSÕES: LARGURA ALÇA ABERTA 650 MM, LARGURA ALÇA FECHADA 580 MM, COMPRIMENTO 1810 MM	Unidades	10	R\$ 4.078,95
451	MACA PARA CONSULTÓRIO ARMAÇÃO TUBULAR EM PINTURA EPOXI OU INOX ACOLCHOADO EM ESPUMA DENSIDADE 28 E NAPA CABECEIRA RECLINAVEL. SUPORTA PESO DE ATÉ 300KG. DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS 180 CM DE COMPR. X 80 CM DE LARGURA X 80 CM DE ALTURA.	Unidades	50	R\$ 777,18
452	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS INFANTIL	Unidades	1000	R\$ 1,66

453	SISTEMA COMPLETO DE CÂNULA NASAL DE ALTO FLUXO ADULTO DESCARTÁVEL, CONTENDO TRAQUEIA FIO AQUECIDO 160CM, TRAQUEIA 60CM, CONECTORES, MANGUEIRA PARA OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, JARRO PARA UMIDIFICAÇÃO E CÂNULA NASAL EM SILICONE ADULTO. TAMANHO P	Unidades	50	R\$ 422,25
454	SISTEMA COMPLETO DE CÂNULA NASAL DE ALTO FLUXO ADULTO DESCARTÁVEL, CONTENDO TRAQUEIA FIO AQUECIDO 160CM, TRAQUEIA 60CM, CONECTORES, MANGUEIRA PARA OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, JARRO PARA UMIDIFICAÇÃO E CÂNULA NASAL EM SILICONE ADULTO. TAMANHO M	Unidades	50	R\$ 422,25
455	SISTEMA COMPLETO DE CÂNULA NASAL DE ALTO FLUXO ADULTO DESCARTÁVEL, CONTENDO TRAQUEIA FIO AQUECIDO 160CM, TRAQUEIA 60CM, CONECTORES, MANGUEIRA PARA OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, JARRO PARA UMIDIFICAÇÃO E CÂNULA NASAL EM SILICONE ADULTO. TAMANHO G	Unidades	50	R\$ 391,00
456	SISTEMA COMPLETO DE CÂNULA NASAL DE ALTO FLUXO ADULTO DESCARTÁVEL, CONTENDO TRAQUEIA FIO AQUECIDO 160CM, TRAQUEIA 60CM, CONECTORES, MANGUEIRA PARA OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, JARRO PARA UMIDIFICAÇÃO E CÂNULA NASAL EM SILICONE PEDIÁTRICO	Unidades	50	R\$ 883,98
457	CATETER ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LUMEN 7FX20CM	Unidades	200	R\$ 40,08
ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP				
458	CEFTRIAXONA 1G FRASCO-AMPOLA INTRAMUSCULAR (COTA ME/EPP)	Ampolas	5000	R\$ 5,32
459	CEFTRIAXONA 1G FRASCO-AMPOLA ENDOVENOSO (COTA ME/EPP)	Ampolas	7500	R\$ 5,30
460	CEFTRIAXONA 500 MG FRASCO-AMPOLA INTRAMUSCULAR (COTA ME/EPP)	Ampolas	2500	R\$ 10,52
461	CEFTRIAXONA 500MG FRASCO-AMPOLA ENDOVENOSO (COTA ME/EPP)	Ampolas	2500	R\$ 11,20
462	NEOFORTE 400G (COTA ME/EPP)	Unidades	93	R\$ 238,82
463	PREGOMIN PLUS 400 G SEM SABOR (COTA ME/EPP)	Unidades	125	R\$ 240,61
464	ALBUMINA HUMANA 20% FA 10G/50ML (COTA ME/EPP)	Frascos	75	R\$ 424,81
465	BOLSA COLOSTOMIA DREN.TRANS.19/64MM (COTA ME/EPP)	Unidades	1750	R\$ 15,93
466	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 20 L (COTA ME/EPP)	Unidades	3750	R\$ 13,99
467	DIVAN ACOLCHOADO P EXAME CLINICO (COTA ME/EPP)	Unidades	25	R\$ 1.257,51
468	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL CAIXA COM 50 UND (COTA ME/EPP)	Caixas	1500	R\$ 18,48
469	SORO FISIOLÓGICO 250ML (COTA ME/EPP)	Unidades	5000	R\$ 4,39
470	SORO RINGER COM LACTATO 500ML (COTA ME/EPP)	Unidades	2500	R\$ 10,18
471	TIRA REAGENTE PARA MEDIR GLICEMIA, CAIXAS COM 50 UNIDADES (COTA ME/EPP)	Caixas	2000	R\$ 24,18

1.2. PARTE DOS ITENS SÃO DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE AS EMPRESAS (ME/EPP).

1.3. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo do pregão.

1.4. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência do contrato é até o final do exercício financeiro do ano de 2026, com data expressa em contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021, em especial ao art. 107 da mesma lei.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A justificativa para a contratação está presente tanto na solicitação quanto no Estudo Técnico Preliminar, partes integrais deste processo.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão de acordo com o descrito neste edital e Termo de Referência.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos produtos é de 10 (dez) dias úteis, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da PEDIDO DE COMPRA emitida pelo setor requerente.

4.2. A entrega dos bens será realizada nos endereços citados no requerimento dos pedidos, podendo correr em diferentes órgãos do município, inclusive zona rural, cumprindo a demanda municipal.

4.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, de ocorrências na execução do contrato, quando necessário, e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado de acordo com o caso concreto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive as condições de habilitação e qualificação exigidas;

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

6.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6.1.10. Caso a necessidade de consumo do CONTRATANTE não atingir a quantidade prevista até o término da vigência do contrato, não gerará a obrigação do CONTRATANTE em adquirir a quantidade total pactuada;

6.1.11. Os produtos a serem fornecidos, pelas empresas vencedoras da licitação, devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO", e deverão conter externamente em suas embalagens originais, sem sinais de violação, a identificação do nº do lote, data de fabricação e data de validade;

6.1.12. Os medicamentos deverão possuir registro na ANVISA, ficando a cargo da Secretaria de Saúde solicitar, quando achar necessário, para fins de comprovação dos registros dos medicamentos ou da notificação da dispensa do registro no Ministério da Saúde, por meio de cópia publicada no D.O.U., conforme a Lei 6.360/76 - Art. 12 - § 4.

6.1.13. Os medicamentos deverão ser entregues acompanhados de documentação fiscal. Deverão apresentar a especificação de cada item com seu respectivo lote e validade, com os preços, unitário e total, de acordo com o empenho;

6.1.14. As vencedoras, ao assinar os contratos deverão encaminhar as certidões negativas de tributos, requeridas na habilitação, devidamente atualizadas na data do contrato, sob pena de não validar o termo de contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Salvo, prévia autorização da contratante nos limites legais da 14.133/21.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, com registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração terá registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando informações importantes, como datas, nome dos funcionários eventualmente envolvidos em casos que mereçam averiguação, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O gestor de contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal de contrato designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6. A designação, dos agentes públicos, deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, sendo esta entrega de responsabilidade da empresa contratada.

10.5. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.8.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.11. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, fica estabelecido que será devido ao contratado um valor compensatório correspondente ao número de dias de atraso multiplicado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando o valor total da parcela inadimplida. O pagamento desse reajuste deverá ocorrer de forma cumulativa com o valor principal, no momento da quitação da obrigação.

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, caso esse índice seja extinto ou fato semelhante, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

12.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

12.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa, de 5% sobre o valor total do contrato entre as partes, caso a empresa seja reincidente, a multa passará a ser de 10%;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor deste órgão público, em conta designado ao final do devido procedimento administrativo, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5.2. Caso a Contratada não seja encontrada no endereço físico, ou eletrônico fornecido no sistema do PORTAL UTILIZADO, será promovido a comunicação pelo DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, por local incerto, e a mesma não poderá alegar de não conhecimento do feito.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, este órgão público poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública *Federal* resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.11. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 5.608.944,20 (Cinco Milhões e Seiscentos e Oito Mil e Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Vinte Centavos).

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento anual para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.301.2012.2045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE;

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.301.2012.2083 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

10.301.2012.2084 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

10.301.2012.2086 - CAMPANHA DE COMBATE AO CORONAVÍRUS - COVID 19

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

10.301.2012.2087 - MANUT. E ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – UBS;

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

10.301.2014.2088 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA QUALIFAR – SUS

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

10.301.2014.2091 - PROGRAMA PREVINE BRASIL;

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

10.301.2014.2093 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SUS;

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2134 MANUTENÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – NASF
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2012.2097 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLICLINICA ROMEU MENANDRO CRUZ;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2012.2098 - MANUTENÇÃO DOS SERV. DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA – SAMU;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
621 . Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR E ODONTOLOGICO;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2100 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL OSSEAS ALVES MANGUEIRA;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2101 - TETO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATÓRIO E HOSPITALAR
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2102 CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO - FUNCEP
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2103 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE PRISIONAL;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

10.304.2014.2104 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – PVISA;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.305.2014.2105 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
10.305.2014.2106 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

15. FONTE DO TERMO DE REFERÊNCIA.

15.1 Este Termo de Referência foi realizado conforme solicitação e artefatos da demanda inicial do processo, encaminhado pelos setores competentes.

São José de Piranhas - PB, 29 de dezembro de 2025.

Talita de Sousa Coelho Ferreira
Dirigente da fase interna dos processos de licitação

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Pregão Eletrônico Nº 070/2025

SESSÃO PÚBLICA: 14/01/2026, ÀS 09H00MIN.

LOCAL: Portal de Compras de Públicas

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA:

DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA/SERVIÇO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE SERVIÇO OU DOCUMENTO SIMILAR, POR QUALQUER MEIO IDONEO, OCORRENDO EM REGRA OS PEDIDOS POR E-MAIL, AO ENDEREÇO ELETRONICO INFORMADO PELA EMPRESA AO PORTAL UTILIZADO NA LICITAÇÃO. TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

CONTRATO Nº/....

**TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB E A EMPRESA _____**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB** com sede na Rua Inácio Lira, 363, Centro, na cidade de São José de Piranhas - PB/Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ sob o nº 08.924.052/0001-66, neste ato representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Sandoval Vieira Lins, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2.490.458, expedida pela SSP/PB, e CPF nº 046.414.134-60, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal Nº 302/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 070/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Aquisição de medicamentos (nas formas sólidas, líquidas e injetáveis), inclusive de fornecimento por demandas judiciais, bem como materiais de fisioterapia e insumos médico-hospitalares e equipamentos hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Piranhas – PB**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107, e demais correlatos, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

10.301.2012.2045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE;

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
10.301.2012.2083 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2012.2084 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BÁSICA
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
10.301.2012.2086 - CAMPANHA DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID 19
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
10.301.2012.2087 - MANUT. E ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – UBS;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2088 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA QUALIFAR – SUS
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2091 - PROGRAMA PREVINE BRASIL;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2093 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SUS;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.301.2014.2134 MANUTENÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – NASF
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2012.2097 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLICLINICA ROMEU MENANDRO CRUZ;

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2012.2098 - MANUTENÇÃO DOS SERV. DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA – SAMU;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
621 . Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.1054 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR E ODONTOLOGICO;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2100 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL OSSEAS ALVES MANGUEIRA;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2101 - TETO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATÓRIO E HOSPITALAR
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2102 CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO - FUNCEP
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.302.2014.2103 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE PRISIONAL;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
3.3.90.32.01 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
10.304.2014.2104 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – PVISA;
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;
4.4.90.52.01 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
10.305.2014.2105 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE;
500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

10.305.2014.2106 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS;

500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO;

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 30 dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 30 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Será exigida garantia de execução, no valor de 4% (quatro por cento) do valor original do contrato, conforme art. 98 da lei 14133/2021 e demais artigos desta lei.

8.2. A forma de apresentação da garantia de execução será nas mesmas opções ofertados no item do edital da garantia da proposta.

8.3. Esta garantia será entregue no ato da assinatura do contrato, sob pena de decair o direito de contratação.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124, e demais correlatos, da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de São José de Piranhas-PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA; podendo ser também assinado em 2 (duas) vias, presencialmente, por meio físico, na sala da CPL deste município.

....., DE DE 20***.

Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA